

Ano 10 | Número 98 | Setembro de 2013

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL



**Congresso
da CACB
debate o tema
BRASIL DE
SOLUÇÕES**

Em sua 23ª edição, evento vai seguir roteiro de debates composto de quatro eixos: desburocratização, substituição tributária, crédito e gestão

INTEGRA COMPLETA UM ANO DE ATIVIDADES E ATINGE 70% DAS METAS



DIRETORIA DA CACB TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE

José Paulo Dornelles Cairoli (RS)

1º VICE-PRESIDENTE

Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES

Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO

Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luíz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR-FINANCEIRO

George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES

Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Rodrigo Paolillo

SUPERINTENDENTE

Antônio Chaves Barcellos

GERENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR CBMAE/INTEGRA

Valério Souza de Figueiredo

COORDENADOR DO PROGERECS

Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Thais Margalho

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de

Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nilton Ricardo Figueiras Faria e Sousa
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da

Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9º andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Wander Luis Silva
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezebatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 - Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC
Presidente: Alaor Francisco Tissot
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

- O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

A leitura do Congresso

O *Brasil de Resultados*, como planejamos, tem uma intenção focada, uma proposição efetiva e um feito corajoso: colocar na mesa, para reflexão, os problemas que nos impedem de crescer, nos impõem obstáculos na nossa caminhada e tiram nossas energias, que deveriam estar direcionadas para uma única proposta, a do desenvolvimento.

Nos faltam condições fora da nossa alçada para desempenhar o ofício e constantemente estamos ameaçados neste processo, ora pela inflação, ora pela crise política, ora pelo enfraquecimento de nossas instituições, ora pelo descontrole dos gastos públicos. Enfim, podemos dizer que o nosso Congresso, que chega na 23ª edição, tem o dever de debater todos os processos para que possamos não mais gastar tempo e energia em compreender nosso país e suas idiossincrasias, que constantemente se traduzem numa certa paralisia que é prejudicial.

Tomemos o exemplo: sabemos que precisamos mudar algumas regras do Simples Nacional, onde estão a maioria absoluta de nossos representados, para ampliar, ao máximo, as vantagens da opção pela simplificação dos impostos e suas vantagens. Muitos não se formalizam porque ao darem o endereço de casa, onde muitas vezes será exercida a atividade, o IPTU passa a ser de pessoa jurídica e não mais de física. Ou seja, muito maior.

Este é apenas um exemplo que restringe a opção, mantém a informalidade e deixa à margem um bom contingente de empreendedores que poderiam estar contribuindo para o desenvolvimento seu e do país.

Por esta razão, nosso Congresso vai abordar assuntos relevantes para o bom desempenho dentro da realidade possível. Traçamos quatro eixos que vão dar o lastro de nossos debates com especialistas que nos ajudarão a buscar soluções. São eles: Desburocratização, Substituição Tributária, Crédito e Gestão.

Nosso objetivo, ao propor o debate, é refletir sobre temas que são velhos e que podem ser resolvidos por meio de soluções novas sem que se corra o risco de os problemas mudarem de nome e as soluções ficarem esquecidas.

Bom Congresso a todos!



*José Paulo Dornelles Cairolí,
presidente da Confederação
das Associações Comerciais
e Empresariais do Brasil*

ÍNDICE

Foto: Shock/fotolia.com



8 CAPA



20 PROGRAMA



24 NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes fróes, berlato associadas escritório de comunicação

Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br

Projeto gráfico: Vinícius Kraskin

Diagramação: Kraskin Comunicação

Foto da capa: Determined/fotolia.com

Revisão: Flávio Dotti Cesa

Colaboradores: Cyntia Menezes e Thaís Margalho.

Execução: Editora Matita Perê Ltda.

Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

Com o tema *Brasil de Resultados*, nosso Congresso pretende colocar em debate os obstáculos que nos impedem de crescer e alcançar o desenvolvimento autossustentável.

5 PELO BRASIL

Parceiro da CACB promove Rodada de Negócios na Bolívia.

8 CAPA

Brasil de Soluções é o tema da 23ª edição do Congresso da CACB.

12 ENTREVISTA

Para o cientista político Carlos Melo, é preciso abrir um grande debate nacional sobre a reforma política.

14 FEDERAÇÕES

Ceará: a economia que cresce mais do que o Brasil.

17 CONJUNTURA

Especialistas divergem sobre a cotação do dólar até dezembro.

18 SERVIÇOS

Sucesso do Empreender em Rondônia é destaque nacional.

20 EMPREENDEDORISMO

Integra completa um ano de atividades e atinge 70% das metas.

22 CBMAE

Minas Gerais expande a rede de PACEs.

24 NEGÓCIOS

Sistema online evita multas por atraso nos pagamentos.

26 TRIBUTOS

Saída do Simples aumenta risco de inadimplência das pequenas.

28 FINANÇAS

Bons pagadores aguardam benefícios com o Cadastro Positivo.

30 LIVROS

Em seu novo livro, 1889, Laurentino Gomes faz o resgate da História.

31 ARTIGO

União e responsabilidade, por Sander DeMira.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL

Iniciativa estimula profissionalização de indústria de prancha de surf

SEBRAE

Serviço Profissional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

Parceiro da CACB promove Rodada de Negócios na Bolívia

A Rueda de Negocios Internacional Bolivia, que faz parte da programação da Feria Internacional de Santa Cruz – Expocruz desde 1991, é um dos principais eventos multissetoriais da América Latina e, a cada ano, agrega um número maior de participantes de diferentes países. O evento, que se realiza entre 25 e 27 de setembro, é organizado por meio de uma parceria da CACB, na Bolívia, e a Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (Cainco).

O encontro é uma oportunidade

para fazer contatos, encontrar sócios, projetar um investimento em âmbito internacional, descobrir novos produtos e oportunidades de negócios, conhecer tendências e fidelizar clientes.

Na última edição, participaram empreendedores de 20 países, de mais de 50 setores da economia, durante três dias. Em 2012, foram 1.087 empresas inscritas, 10.436 reuniões realizadas e US\$ 192,6 milhões em negociações.

Mais informações e inscrições pelo site: <http://www.ruedadenegociosbolivia.com/>



Semana de Conciliação movimentada Sergipe

O sucesso da Semana de Conciliação do Banese Card foi tanto que a programação precisou ser prorrogada. Inicialmente marcada para ocorrer de 17 a 20 de julho, os atendimentos ainda se estenderam até o dia 31. O evento foi realizado pela Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (Acese), filiada da CACB. Foram realizadas mais de 250 audiências. As dívidas estavam com valor original de R\$ 935.828.

Para a supervisora do Banese Card, Carla Mendes, a iniciativa da Câmara em promover a semana de conciliação foi vista de forma positiva, ao gerar mais uma oportunidade de contato com clientes em pendência. “Entramos em contato com clientes que têm muito tempo em atraso, e o nosso objetivo nesta semana de conciliação foi ajudar e tentar sanar a dívida para que a pessoa possa voltar a utilizar o nosso cartão, que é genuinamente sergipano”, afirmou.

Correção

Na edição nº 97 da revista Empresa Brasil, informamos que o encontro de gestores do Empreender em Santa Catarina aconteceu na cidade de São Bento do Sul e que o destaque foi para a comitiva do Rio de Janeiro, com 16 participantes. Esses dados são referentes ao encontro de 2012. Em 2013, o evento ocorreu na cidade de Gaspar, em parceria com a associação comercial local. A maior comitiva foi a de Santa Catarina.



O vice-presidente Luiz Carlos Furtado Neves recebe placa da Confecâmaras em homenagem à CACB

Entidade lança Redes Empresariais de Negócios na Colômbia

Mais um país passou a fazer parte das Redes Empresariais de Negócios. Agora foi a vez da Colômbia, em evento realizado na primeira semana de agosto. A ação faz parte do programa de Disseminação da Metodologia dos Núcleos Setoriais em Entidades Empresariais da América do Sul. A parceira da CACB no país será a Confederação Colombiana das Câmaras de Comércio (Confecâmaras), que congrega mais de 50 entidades.

Na Colômbia o trabalho já é desenvolvido nas capitais de quatro estados: Manizales, Tunja, San Andrés e Pasto. Cerca

de 80 empresas participam do projeto, distribuídas em oito núcleos setoriais dos segmentos de turismo, confecções e agronegócio.

A CACB e o Sebrae participaram como representantes do Brasil. Pela CACB, compareceram o vice-presidente Luiz Carlos Furtado Neves, o diretor financeiro, George Teixeira, e o coordenador nacional do Empreender, Carlos Rezende. Também participaram representantes do Sebrae, o Ministro da Defesa da Colômbia, Juan Carlos Pinzón, o prefeito de Manizales e o Governador da estado de Caldas.

Facmat realiza primeiro encontro de presidentes

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso (Facmat) realizou o 1º Encontro de Presidentes no último dia 18 de julho. Na ocasião, os dirigentes das associações comerciais do estado puderam debater temas como gestão das associações, parcerias e os cenários econômicos em cada cidade.

A entidade está começando mais dois programas da CACB: o Capacitar e o Integra. O presidente da Facmat, Jonas Alves de Souza, avalia o encontro como uma nova oportunidade para fortalecer as associações. “A Facmat disponibiliza ferramentas para o desenvolvimento das entidades, além de fomentar o espírito associativista que rege o trabalho das mais de 60 entidades filiadas à Facmat no estado.”



Integra promove 1ª Rodada de Negócios

Com o objetivo de criar um ambiente de negócios no setor do turismo no Distrito Federal, 17 empresas-âncora e mais de 74 representantes de empreendimentos do segmento participaram da 1ª Rodada de Negócios do Integra, realizada no dia 5 de agosto.

Para o representante da empresa Memories Eventos e Turismo, Luis Martinez, foi possível “conhecer segmentos que não fazem parte do nosso dia a dia e estreitar laços com empresas de São Paulo. Tenho certeza de que a Rodada terá tanto ou mais sucesso em outros estados”.

O evento foi realizado pela CACB, em parceria com o Sebrae, no Centro de Eventos e Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CET/CNTC), em Brasília. Entre as empre-



O evento foi realizado no Centro de Eventos e Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CET/CNTC), em Brasília.

sas estavam a locadora de carros Hertz, grandes redes de hotéis como Atlântica, Plaza, Accor e Meliá, além da TAM Viagens, entre outros players do turismo que movimentam os negócios na capital brasileira.

A agenda das rodadas de negó-

cio do Integra continua nos próximos meses. Em setembro, haverá em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG); em outubro, será em Natal (RN) e Salvador (BA); em novembro, Curitiba (PR), Manaus (AM) e Cuiabá (MT).

Serra defende aumento do investimento público em palestra na ACSP

O economista José Serra fez palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em 12/8, sobre o tema “Desenvolvimento do Brasil e seus principais problemas”, como convidado da Reunião Plenária da entidade. De acordo com Serra, entre 2010/2011, terminou um ciclo econômico no país que teve como algumas características: o crescimento moderado do PIB

(média de 3% ao ano), puxado pelo consumo, mas acompanhado por baixo investimento nas esferas pública e privada; aumento rápido das importações e lentidão das exportações; déficit em conta corrente; desindustrialização; e a mais elevada carga tributária entre os países emergentes.

“Esse modelo se esgotou porque a bonança externa acabou”,

disse José Serra, referindo-se ao término da expansão acelerada na Europa, China e Estados Unidos. “Este é o panorama mundial, de desaceleração.” Segundo o palestrante, o fim desse ciclo causou pontos de estrangulamento no desenvolvimento do país. “A questão essencial é investir em políticas e subir o investimento público, porque há pontos de estrangulamento.”



BRASIL DE SOLUÇÕES

é o tema da 23ª edição do Congresso da CACB

Evento deverá seguir roteiro de debates composto de quatro eixos: desburocratização, substituição tributária, crédito e gestão

Entre 2008 a 2011, as receitas das MPes sujeitas a substituição tributária passaram de R\$ 65 bilhões para R\$ 113,5 bilhões, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas. Enquanto isso, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do governo federal revelam que as MPes responderam, nos últimos 10 anos, por 83,5% do saldo da geração líquida de empregos, enquanto a média e grande empresas foram responsáveis por 14,5%.

É justamente em função dessa realidade que a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) escolheu a substituição

tributária como um dos temas de seu 23º Congresso, denominado *Brasil de Soluções*, o qual busca estabelecer fórmulas de ajuste que deem firmeza e segurança ao setor, tendo em vista o papel dos empresários na economia brasileira, especialmente micro e pequenos, de garantir e sustentar o seu crescimento, afirma José Dornelles Cairoli, presidente da CACB.

De outra parte, a CACB demonstra a mesma preocupação com os demais eixos que fazem parte do seu 23º Congresso: desburocratização, crédito e gestão. Uma análise mais minuciosa do relatório Doing Business 2013, do Banco Mundial, revelou, de acordo com o presi-

dente da CACB, que o Brasil, no quesito obtenção de crédito, caiu seis posições no ranking, de 98ª para 104ª. Já no caso da burocracia, o mesmo relatório mostrou que o país, em relação à abertura de empresas, caiu da 120ª posição para 121ª na comparação com 2012.

No caso da gestão das pequenas e microempresas, Cairoli lembra que as pesquisas do Sebrae detectaram um grave problema, ou seja, 51% das empresas não fazem planejamento financeiro e 58% não têm controle de custos. "São fatores importantes que podem ser, em muitos casos, responsabilizados pela não sobrevivência dessas empresas, e que devem ser combatidos", defende.

Reforma tributária começa pela simplificação fiscal

Um dos palestrantes convidados para a 23ª edição do CACB, o economista Paulo Rabello de Castro é o coordenador do Movimento Brasil Eficiente (MBE), que reúne vários setores da sociedade civil em torno de uma proposta de reformulação fiscal e tributária. Nesta entrevista a Empresa Brasil, ele defende a adoção de um Plano Real II, voltado para tornar o país mais eficiente e produtivo. “Isso significa também um país mais educado, mais treinado, com menos assistencialismos. E com mais ética, capaz de gerar um progresso efetivo e um capitalismo de fato empreendedor e plural”, destaca. A seguir, os principais trechos de sua entrevista:

Empresa Brasil: O que mudaria hoje na política econômica se estivesse no poder?

Paulo Rabello de Castro: A política econômica atual é filha do conservadorismo financeiro implantado no Plano Real de 1994. Nada contra ser conservador em matéria de inflação fora de controle. Mas um país precisa de bastante mais planejamento do seu progresso. A equipe do Real só queria saber de juros altos e inflação baixa. Dava toda ênfase possível à estabilização dos preços e prioridade zero aos investimentos privados e públicos que geram mais crescimento. Lula e Palocci herdaram esse modelo e nele só introduziram o consumismo como padrão



Paulo Rabello de Castro

de redução da pobreza e para introduzir milhares de pessoas ao mundo dos gastos. E o governo federal partiu na frente, gastando a torto e a direito, jogando dinheiro fora mais rápido do que o PIB brasileiro podia suportar. Deu certo porque o agronegócio estava numa fase maravilhosa e bancou a conta por dez anos. O campo, que o ex-esquerdista queria expropriar, bancou Lula, quem diria! Precisamos agora de um Plano Real II. Será um

Plano Real voltado para tornar o país mais eficiente e produtivo. Significa, portanto, um país mais educado, mais treinado, com menos assistencialismos. Também é uma proposta de mais penetração, compromisso e seriedade no governo. Mais ética, gerando mais progresso efetivo e um capitalismo de fato empreendedor e plural. Uma ressalva: se você perguntar à presidente Dilma Rousseff se ela endossa esse novo modelo, ela responderá que não

Quem é que ganha com a carga de impostos pesando cada vez mais, senão o setor público e os amigos dos governantes? O país, no entanto, apenas perde, e muito. Perde porque uma parte importante do que seria investido por empresas e famílias, ao virar imposto, não volta como investimento e, sim, vira mais gastos de consumo

só concorda como persegue esse modelo. Porém, falta ao seu time não só o conhecimento do que precisa ser feito, como também devido ao compromisso assumido com um assistencialismo estéril e de estímulo exagerado ao consumismo que herdou de Lula e do qual nunca se livrou.

O crescimento focado em consumo se esgotou? Quais são os novos cenários?

A ênfase no consumo não é parte de nenhum “modelo” de economia. Faz parte, sim, de um projeto de manutenção de poder na política. É certamente muito mais popular viabilizar acesso à compra de geladeira e automóvel do que convencer alguém a encarar um curso ou treinamento profissional. Governos de alto consumo não costumam perder eleição. Lula ainda é rei por haver viabilizado mais consumo. Se a felicidade aconteceu com ele, então deve ser por causa dele, assim pensa o eleitor. Já estimular poupança, organizar os investimentos privados, encarar desafios de infraestrutura, colocar pesquisadores na bancada de produção, cobrar tempo e dedicação de professores à sua própria preparação, tudo isso é muito menos popular e muito mais complexo. No entanto, esse é o desafio do Brasil agora. A festa do consumo financiado pelos altos retornos do agronegócio está prestes a acabar. Uma nova ética de trabalho se impõe. Esse novo modelo, baseado em investir em prol de um futuro para todos, precisa ser definido e votado pela população. As novas palavras-chave, jamais pronunciadas por Lula ou Dilma, são um mercado de capitais forte e

popular, previdência capitalizada, educação de alto impacto, logística inteligente, menos juros e menos dívidas e mais poupança e investimentos. No final, curiosamente, seremos um país com mais consumo do que no modelo atual de sairmos consumindo na frente e deixando investimentos para depois. O cenário atual só endivida e compromete o futuro das famílias brasileiras. No novo cenário, elas acumularão riquezas e patrimônio real.

A reforma tributária virou um impasse. Qual o caminho para vencer esse gargalo político, já que o próprio ministro Mantega disse que “não se pode matar a galinha dos ovos de ouro”?

A galinha é de ovos de ouro só para os governos, que extraem riqueza das pessoas para financiar o gasto público supérfluo e sempre crescente. Quem é que ganha com a carga de impostos pesando cada vez mais, senão o setor público e os amigos dos governantes? O país, no entanto, apenas perde, e muito. Perde porque uma parte importante do que seria investido por empresas e famílias, ao virar imposto, não volta como investimento, e sim, vira mais gastos de consumo. Ou seja, os governos, ao arrecadar e gastar com seu padrão perdulário, transformam investimentos privados potenciais em mais gasto estéril. Claro, quem recebeu uma gaita do governo, o beneficiário do juro alto pago pelo governo, da assistência e da pensão, do gasto de consumo, do salário público, todos esses gostam e aplaudem. Esses representam mais de 40 milhões de contracheques por mês. Portanto, para sair uma reforma, não

dá para machucar os interesses de 40 milhões de dependentes. O MBE propõe uma fórmula mais realista. Temos que começar uma reforma pelo capítulo da simplificação fiscal apenas, isto é, mantendo a arrecadação total, bem como as fatias de cada estado, município e da União, intactas. Assim, será possível eliminar o caos tributário desde o início, reduzindo, por exemplo, os sete tributos que incidem numa lata de extrato de tomate, quando ela é remetida da fábrica para um atacadista, e que passará a pagar um só tributo, um ICMS Nacional, compartilhado.

Acredita que o parlamento poderá conduzir a reforma sem corporativismos? Ou é preciso mais pressão da sociedade, maior mobilização do setor empresarial e da população?

Para uma reforma fiscal para valer, o essencial é o apoio do povo. O MBE, por meio do site www.asinabrasil.org, já angariou mais de 200 mil apoiadores, o que são três maracanãs lotados de gente farta e indignada com o estupro tributário imposto diariamente aos brasileiros que acordam cedo para trabalhar e só começam a usufruir do seu salário após o quinto mês trabalhando para sustentar o manicômio tributário do seu país! Essa indignação é essencial para a mobilização, nas ruas, nas páginas dos jornais, nas redes sociais, nas conversas de bar com amigos, divulgando o absurdo em que vivemos, mas também avisando que temos alternativa de fazer uma reforma fiscal sem baixar a arrecadação e com burocracia zero e mais dignida-

de. Aí veremos os parlamentares votando a reforma proposta pelo MBE, aliás, a única que recebe o endosso de uma bancada no Congresso, de todos os partidos, a Bancada da Economia Moderna, além do apoio formal de vários governadores, além de mais de uma centena de federações empresariais e de associações civis, inclusive as Associações Comerciais. Agora temos que partir para um milhão de assinaturas.

Como vê o fato de que para uma reforma tributária eficaz seria necessária uma redução do gasto público, o que o governo não quer?

Boa pergunta. Aí vai uma notícia surpreendente. Não tem redução de gasto. Não precisa. A reforma precisa, sim, de gastos públicos efetivamente controlados. Embora crescentes, na medida do crescimento do PIB. Por isso propomos regulamentar o artigo 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Este artigo, que é o mais importante da Lei, ficou 12 anos sem uma lei para organizar o Conselho de Gestão Fiscal que é previsto nesse artigo. Em Brasília ninguém tem pressa para colocar um órgão com paridade de representação entre governo e sociedade cuidando da seriedade no gasto público. Imaginem mais de R\$ 1 trilhão posto sob o olhar cuidadoso de um Conselho de Gestão? Em dois minutos começarão a sobrar recursos. Não! Essa importante “sobra” vai engrossar mais gasto em logística de escoamento, em pesquisas avançadas, em mais saúde pública, saneamento, e em educação primária com inserção digital para todos.

O que é Assina Brasil

Assina Brasil é uma campanha nacional promovida pelo MBE. A sua proposta é a simplificação fiscal, com intuito de diminuir o número de impostos, que hoje são mais de 50, em que o cidadão brasileiro acaba nem fazendo ideia do que está pagando, e tornar isso ponto de partida para uma redução da nossa carga tributária. A campanha tem como base seis medidas:

1. Unificar as alíquotas do ICMS em um ponto médio de 7% a 12%, para, mais para frente, diminuir esse número para 4%;
2. Unificar os tributos federais circulatorios em um único tributo social nacional;
3. Criar uma URV Fiscal para a União, para garantir a distribuição neutra e equidistante de todas as arrecadações circulatorias, a partir do dia da reforma;
4. Determinar uma data para o nascimento do ICMS Nacional, referente à unificação do novo tributo nacional social e do novo ICMS unificado, formando um único tributo na circulação econômica;
5. Cumprir o artigo 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovando a organização do conselho de Gestão Fiscal, que coordenará o novo sistema tributário;
6. Reduzir gradualmente a carga tributária para a meta de 30% do PIB brasileiro até 2022.

É preciso abrir um grande debate nacional sobre a **reforma política**

Para o cientista político Carlos Melo, o corporativismo dos parlamentares é um dos maiores obstáculos para o país aperfeiçoar o sistema eleitoral em vigor e, assim, resgatar o interesse da população pela política



Articulada desde o governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma política, com exceção da Emenda Constitucional que implantou a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos em 1997, ficou estagnada até 2011. Foi quando o Senado e a Câmara dos Deputados implantaram comissões separadas para estudar e elaborar os pontos a serem rediscutidos pelo Congresso Nacional.

Após dois anos de avanços e recuos, em função das passeatas-monstro ocorridas em todo o país, nos meses de junho e julho, o tema voltou novamente ao debate, a partir da proposta da Presidência da República de convocação de plebiscito sobre a reforma.

Em entrevista a Empresa Brasil, o cientista político Carlos Melo, professor do Insper (SP), sugere uma reforma por etapas, o que permitiria aperfeiçoar as principais propostas do sistema eleitoral. Acompanhe, a seguir, os principais trechos de sua entrevista:

Empresa Brasil: Como o senhor analisa o encaminhamento da reforma política pelo governo?

Carlos Melo: É claro que é necessário um aperfeiçoamento institucional na área da política. A sociedade brasileira se renovou extraordinaria-

mente tanto do ponto de vista social como econômico, mas isso não ocorreu na política. São necessárias uma mudança e uma melhora na política.

Como fazer?

É uma coisa muito complicada. Se você perguntar a 10 políticos sobre o assunto, você vai ter 10 propostas diferentes. Provavelmente, no fundo, ninguém vai querer uma grande reforma porque, afinal de contas, eles só foram eleitos no atual jogo da política e eles só sabem jogar nesse jogo, nesse sistema. Qualquer mudança assusta. Portanto, é necessário fazer uma reforma política, mas não é fácil se chegar a uma reforma como o país requer. Será possível fazer uma reforma de uma vez só, uma grande mudança, uma grande transformação? Provavelmente será necessário começar por medidas pontuais. Por algumas questões significativas.

Por exemplo?

Teremos o voto proporcional ou vamos para um sistema diferente, tipo voto distrital? E se for distrital, ele será puro ou misto? É preciso começar por algumas questões que vão aos poucos melhorando o sistema ao longo do tempo. Não dá para se pensar numa grande reforma feita como um passe de mágica, rapidamente. Nesse ponto eu entro na sua questão: de como o governo está propondo isso. O governo está propondo a reforma política como se fosse uma panaceia, como se isso se resolvesse rapidamente. Na verdade, o governo propôs a reforma de uma forma superficial e totalitária. Não chamou os diversos setores da sociedade para conversar, não chamou o próprio parlamento e os partidos, por

exemplo. A presidente instituiu o tema da reforma como se dependesse só dela, o que não é verdade. Acho que ela prestou um grande desserviço ao tema da reforma política, porque, feita de uma forma atabalhoada, a proposta criou resistências.

Qual a sua preferência: voto distrital ou proporcional?

O voto distrital, em que os membros do Legislativo seriam eleitos com base em votações em áreas restritas, acabaria com o voto proporcional e o coeficiente eleitoral, ou seja, não seria possível que um candidato com mui-

“O governo propôs a reforma política como se fosse uma panaceia, como se isso se resolvesse num passe de mágica. Trata-se de um tema muito complexo para se limitar ao sim ou não de um plebiscito”

tos votos ajudasse a eleger outros políticos de sua coligação, como aconteceu com Tiririca. Já o voto proporcional traz muitas distorções e problemas relacionados a coligações. Atualmente, um partido pequeno acaba elegendo um ou dois candidatos porque pegou carona com um partido grande, que ganha alguns segundos de tempo de televisão no horário político eleitoral. Sou simpático ao voto distrital misto, que é uma combinação dos votos distrital e proporcional.

Como iremos superar os entraves provocados pelo corporativismo dos partidos políticos, na medida em que ninguém quer abrir mão dos privilégios do atual sistema?

Como se sai de um impasse não é pela pressão. É pela política. Precisamos criar um grande debate público. Aproveitar o momento para abrir um processo de discussão. A Constituinte de 1988, por exemplo, foi precedida de um amplo debate, e mesmo o plebiscito, quando foi proposto, levou cinco anos de discussões e debates. É difícil tirar uma reforma do bolso do colete e lançá-la para votação. Isso é uma forma confusa, ainda mais que foi proposto um plebiscito sobre um tema muito complexo para se limitar ao sim ou não. Compreenderia uma pauta larga, extensa, pois são várias as questões.

O senhor é contra ou a favor do financiamento público de campanha?

Sou favorável aos dois sistemas, o público e o privado. A sugestão de dar dinheiro público para que os políticos façam campanha é uma ideia que não teria aceitação da população, em função da maneira que os políticos são vistos atualmente. O Brasil é um país muito grande, precisaria de uma justiça eleitoral enorme para fiscalizar o financiamento público. Financiamento público e exclusivo de campanha não é – nunca foi e jamais será – garantia do fim do caixa dois. Ele serve para subtrair mais recursos dos cidadãos, ou abocanhar verbas de outros setores, como Saúde e Educação.

Ceará: a economia que mais cresce no Brasil

Em entrevista a Empresa Brasil, João Porto Guimarães, presidente da Federação das Associações Comerciais do Ceará (FACC) e da Associação Comercial do Ceará (ACC), avalia as demandas das duas instituições perante o governo do estado e reforça a necessidade de investimentos massivos em educação e inovação



Empresa Brasil: Em sua opinião, quais devem ser as prioridades na Agenda Empresarial do país?

João Porto Guimarães: A definição de uma Agenda para o setor produtivo de um país múltiplo como o Brasil não pode prescindir de uma reflexão ampla sobre diferentes questões. É preciso, antes de tudo,

trabalhar pela redefinição do nosso modelo econômico, tendo por foco, basicamente, a construção de caminhos que contribuam para o aumento da competitividade e, simultaneamente, da produtividade de nossas empresas. Há que se pensar ainda na promoção de uma verdadeira revolução educacional, que priorize a bus-

ca contínua da qualidade e a criação da ambiência necessária à inovação. Também não podemos deixar de fora a importância de se trabalhar por mudanças estruturais em áreas como a reforma tributária, a diminuição das barreiras para acesso dos nossos produtos ao mercado internacional e a redução dos custos de produção, inclusive, com a alteração das estruturas que definem e integram os nossos custos internos.

Como está a aplicação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Ceará?

O Ceará, ao longo dos últimos 30 anos, tem procurado agilizar todos os instrumentos de fomento ao empreendedorismo. Com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa não tem sido diferente. Afinal, esta é uma argumentação legal que preocupa e desperta a atenção de diferentes públicos, interessando ao empresário que queira entender e melhor aproveitar os benefícios que oferece; a gestores e legisladores municipais, que podem, com base nela, criar normas de funcionamento no âmbito de seus municípios; a consultores e contadores, que podem orientar os empreendedores locais, despertando-os para o melhor aproveitamento das oportunidades. Convém ressaltar que tais aspectos transcendem as questões meramente tributárias e/ou de desburocratização.

Tendo isto em consideração, dos 184 municípios cearenses, 146 já regulamentaram a Lei Geral, o que representa um percentual de 79,3% dos municípios. Mas achamos que isto ainda é pouco. Especialmente por entendermos que a Lei Geral assegura

“Antes de tudo é preciso trabalhar pela redefinição do nosso modelo econômico, tendo por foco, basicamente, a construção de caminhos que contribuam para o aumento da competitividade e da produtividade de nossas empresas”

a desburocratização da atividade empresarial de micro e pequeno portes, estabelecendo a unicidade no registro de empresas, diminuindo a burocracia e racionalizando as exigências de documentos, o que certamente facilita a abertura, o funcionamento e a baixa de empresas. Esse conjunto de ações tem contribuído para a formalização de um número significativo de empreendimentos que, até então, sobreviviam à margem da legislação, como um segmento invisível e que, pela sua própria condição, não tinha como desenvolver-se. As vantagens oferecidas pela Lei Geral são tantas, tanto para o empreendedor como para a economia, que não há como não apoiá-la ou não reconhecer seu mérito.

Quais ferramentas podem ser usadas, em sua opinião, para sanar as lacunas ainda existentes na aplicação da Lei Geral?

Aproveito o questionamento para ressaltar um dado de que, ao que me parece, poucos têm conhecimento: a não regulamentação e implementação dos itens obrigatórios da Lei Geral na alçada do município certamente pode trazer problemas para os gestores municipais junto ao Ministério Público. Alguns juristas argumentam que o prefeito que não regulamentar a legislação poderá ser processado por empresários que se sentirem

prejudicados por essa omissão. É verdade que o Ministério Público ainda não iniciou a cobrança da aplicação da Lei Geral, muito embora já sinalize com a criação de uma Ouvidoria para tratar da questão. Entretanto, quando começar, deverá conceder um prazo para que todos os municípios se regularizem, via termo de ajustamento de conduta. Além do Ministério Público, há também uma disposição dos Tribunais de Contas dos Estados e Tribunais de Contas dos Municípios de todo o país, que através da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) têm trabalhado no sentido de incentivar e garantir que as cidades apliquem a Lei Geral. Seminários nesse sentido vêm sendo realizados em todos os estados. Principalmente porque há o entendimento de que o acesso das micro e pequenas empresas às compras governamentais contratadas até 80 mil reais gera, além do aumento da arrecadação – o que interessa diretamente aos municípios –, desenvolvimento e empregos no contexto local.

Quais as principais demandas da FACC e ACC junto ao governo estadual?

A Associação Comercial do Ceará, e por extensão a Federação das Associações Comerciais do Ceará, tem por missão promover a competitividade e

“É importante ampliar cada vez mais os incentivos às micro e pequenas empresas, segmento que verdadeiramente faz a economia girar com mais agilidade e gerando resultados mais imediatos e mais próximos da população”

o desenvolvimento sustentável dos setores produtivos cearenses através do fomento ao empreendedorismo tanto no contexto local quanto estadual. No cumprimento desta missão, é preciso articulação contínua com os poderes estabelecidos, tanto no contexto local quanto no âmbito do Estado, ou seja, com prefeituras e entidades que compõem a estrutura do executivo estadual. Nossas demandas giram especialmente em torno de viabilização de estratégias que permitam o desenvolvimento e fortalecimento das empresas locais, ou seja, com atuação direta nos municípios. A viabilização da Lei Geral em todos os municípios do estado é um dos desafios que estamos continuamente provocando junto ao Estado.

A economia cearense é a terceira mais forte do Nordeste, e o estado vem apresentando melhoras na economia, os incentivos governamentais para a instalação de indústria (isenção de impostos e doação de terrenos) e a mão de obra barata atraíram empresas nacionais e estrangeiras. O que ainda falta melhorar no cenário econômico estadual?

Nos últimos anos, a economia cearense tem demonstrado maior dinamismo do que a economia nacional. Durante o período anterior à crise (2004-2007), a economia do estado cresceu, segundo o Ipece (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), a uma taxa média anual de 4,8%, contra 4,7% da economia brasileira. Na análise de 2004 a 2012, o pior resultado apresentado pela economia cearense foi no ano de 2009, ápice da primeira crise, quando o PIB (Produto Interno Bruto), a preços de mercado

estadual, alcançou uma taxa de crescimento de apenas 0,04%, mesmo assim acima da média nacional, que registrou uma queda de 0,3% sobre o ano de 2008. Apesar disso, ainda há muito que avançar. Correndo o risco de ser repetitivo, mas entendendo que em questões econômicas a redundância é bem-vinda, volto a insistir na necessidade premente de promoção de uma reforma tributária, e no implemento a investimentos mais massivos em Educação e Inovação. Ademais, é preciso ampliar cada vez mais os incentivos às micro e pequenas empresas, segmento que verdadeiramente faz a economia girar com mais agilidade e gerando resultados mais imediatos e mais próximos da população. Também não podemos esquecer que, para dar motricidade à economia, precisamos de maiores investimentos em infraestrutura.

O setor de serviços é responsável por 70% do PIB do Ceará. O que a FACC e a ACC oferecem para atrair este setor para as entidades?

As Associações Comerciais têm compromisso com o fortalecimento e defesa dos interesses maiores de todos aqueles que fazem a economia crescer. E o setor de serviços permeia todos os segmentos econômicos. Não há como pensar em desenvolvimento sustentável sem considerar os serviços. Em todos os eventos e iniciativas promovidos pela ACC e FACC contamos com a participação incisiva de representantes de organizações prestadoras de serviços das mais diferentes áreas de atuação. Entendemos que a mudança do perfil econômico do Ceará somente se dará com o envolvimento de todos, indiscriminadamente.

SETEMBRO/2013 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender



NA ONDA DO CRESCIMENTO

Iniciativa estimula
profissionalização
de indústria de
pranchas de surf

Funcionários da
fábrica de pranchas

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

CASAL PRODUTOR DE QUEIJO INVESTE EM CUIDADOS SANITÁRIOS

Agricultores familiares apostaram em melhorias como refrigeração e embalagens corretas para conquistar mercado formal

JOSÉ ANTÔNIO
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS / GO

Há 23 anos no mercado de fabricação do queijo minas, o casal Amaro Messias de Paulo e Maria Carlinda da Costa está marcando presença agora nos supermercados da cidade de Itaberaí (GO). Os produtores se formalizaram em 2008, quando abriram a Fábrica de Queijos AC, regularizando a atividade com a licença sanitária.

“Tudo direitinho, conforme as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)”, explica Amaro. A estrutura, que recebeu investimento de R\$ 10 mil, é simples, mas totalmente adaptada à produção. Segundo Carlinda, o Queijo AC chega ao consumidor depois de passar por um processo cuidadoso de fabricação. “Nossa água é potável, com caixa separada, estamos livres de moscas, mantemos refrigeração e embalagem adequadas”, garante ela.

Amaro conta que cinco supermercados de Itaberaí já compram o queijo. Cada peça de 500g é vendida por R\$ 11. O casal fabrica cerca de 550kg do produto por mês, o que rende 1,1 mil unidades. “Temos

uma renda bruta de R\$ 7 mil mensais”, revela. O leite utilizado na fabricação é do próprio sítio, de seis vacas compradas depois que Amaro e Carlinda financiaram R\$ 17 mil pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “O Sebrae nos ajudou a elaborar o projeto de captação do recurso, utilizado para renovar o rebanho”, explica.

O aumento da qualidade do rebanho, unido ao manejo adequado do gado, dá condições para os produtores triplicarem a fabricação de queijos no Sítio Angical, segundo o consultor Antônio Viana, que atendeu o casal por meio de um convênio firmado entre o Sebrae e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Amaro e Carlinda receberam capacitação para a gestão da propriedade rural e produção”, lembra. A parceria entre as duas instituições beneficiou 5.581 famílias agricultoras no estado.

Para Carlinda, é possível fabricar cem unidades de queijo por dia. “Mercado não vai faltar, pois o consumidor já espera pela chegada do Queijo AC na gôndola dos supermercados”, ressalta. **E**

Foto: Wellington Edmar

Amaro e Carlinda
devem triplicar
produção de
queijos
em breve



TURISMO DE INCENTIVO É OPÇÃO DE NEGÓCIO EM FOZ DO IGUAÇU

Empresários querem desenvolver pacotes diferenciados para grandes empresas

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Grandes empresas, como multinacionais, têm o costume de premiar executivos por metas de trabalho atingidas com viagens ou bonificações. As viagens corporativas, quando não são a negócios – para encontros, reuniões ou conferências –, são chamadas de turismo de incentivo. Uma segmentação que acontece bastante no Brasil, segundo explica o consultor do Sebrae no Paraná, Augusto Stein.

“O Brasil tem um cenário que chama a atenção das empresas que premiam seus funcionários com viagens. Entretanto, são poucos destinos, atrativos e operadores de turismo que atendem a essas demandas. Em Foz do Iguaçu, o contexto é exatamente o mesmo: em geral, o *trade* turístico atende somente quando solicitado”, enfatiza Stein.

Com o objetivo de despertar agentes e operadores de turismo locais sobre o

tema, as entidades ligadas ao setor realizaram atividades especiais para discutir o tema turismo de incentivo em Foz do Iguaçu. A programação teve um seminário para sensibilização sobre o tema, gratuito e aberto ao público de interesse. O Seminário Turismo de Incentivo foi realizado no escritório do Sebrae no Paraná de Foz do Iguaçu.

Foram promovidas duas oficinas de formatação de produtos dentro das instalações do Complexo Turístico de Itaipu e Parque Nacional do Iguaçu, com a participação das equipes técnicas desses atrativos e do Sebrae, além de empresários convidados, que apresentaram a visão do mercado.

Essas atividades foram realizadas em conjunto com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu e Cataratas S.A. e são apenas a primeira etapa de um processo que deverá ser finalizado em outubro deste ano. “O turismo de incentivo faz parte do turismo MICE, assunto que já

estamos trabalhando em Foz. O objetivo, agora, é poder agregar uma opção a mais, uma nova ‘aposta’ para fomentar o turismo em Foz e microrregião. Assim, é preciso que os empresários e todo o *trade* de turismo conheçam o funcionamento do turismo de incentivo e possam pensá-lo de maneira individualizada, com pacotes diferenciados e propostas que chamem a atenção das grandes empresas”, assinala Augusto Stein.

Todo o trabalho desses dias de atividades foi promovido dentro do contexto do Projeto de Turismo de Negócios e Eventos – MICE, desenvolvido pelo Sebrae no Paraná em parceria com o Iguassu Convention & Visitors Bureau (ICVB); Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Foz do Iguaçu (Sindhotéis Foz) e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) Regional Oeste; contando, ainda, com apoio da Secretaria Municipal de Turismo e Sistema Fecomércio Sesc Senac PR. **E**

AS VIAGENS CORPORATIVAS, QUANDO NÃO SÃO A NEGÓCIOS – PARA ENCONTROS, REUNIÕES OU CONFERÊNCIAS –, SÃO CHAMADAS DE TURISMO DE INCENTIVO

SUCESSO FAZ 86 MIL MEI VIRAREM MICROEMPRESAS

Aumento no faturamento e novas contratações ampliam o número de microempreendedores individuais que evoluíram à condição de microempresa

ALESSANDRA PIRES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Mais de 30 mil empresários brasileiros deixaram no primeiro semestre de 2013 a condição de microempreendedores individuais (MEI) para se tornarem donos de microempresas.

Desde 2009, quando foi criada a figura jurídica do MEI, 86.546 microempreendedores individuais evoluíram para microempresa.

Entre os motivos indicados para essa escalada estão o faturamento anual superior a R\$ 60 mil (limite legal para ser um MEI), a contratação de mais de um funcionário e ainda a participação em outros negócios, segundo levantamento do Sebrae. Como microempresa, o faturamento anual pode ser de até R\$ 360 mil e não há limite para contratar empregados.

Em quatro anos de existência do MEI, a evolução para microempresa tem sido uma tendência. Segundo dados do Sebrae, no ano passado foram

cerca de 40 mil os empresários que mudaram de categoria, quase o dobro dos números registrados em 2011.

Fábio Lima foi um dos primeiros a comemorar as facilidades que a Lei Complementar 128/2008 (que cria a figura jurídica do MEI) proporciona a quem ingressa no mundo dos negócios. O baiano começou como MEI em 2009 e um ano depois já era dono de uma microempresa. A receita anual bruta de sua empresa pulou de R\$ 31 mil para R\$ 94 mil. Com 18 clientes fixos, ele tem três empregados.

A ampliação do faturamento e a necessidade de contratação de funcionários foram os motivos que fizeram com que Fábio mudasse de categoria. De acordo com a lei, os microempreendedores individuais devem respeitar, além do teto do faturamento anual (R\$ 60 mil), o limite de até um funcionário que ganhe o salário mínimo ou o piso salarial da categoria. Desde a criação da figura jurídica do MEI, mais de 3 milhões de pessoas se formalizaram e passaram a ter CNPJ. **E**

COMO MICROEMPRESAS,
O FATURAMENTO ANUAL
PODE SER DE ATÉ

R\$ 360 MIL

E NÃO HÁ LIMITE PARA
CONTRATAR EMPREGADOS



SURF

FÁBRICA DE PRANCHAS MUDA REALIDADE DE BAIRRO DE FORTALEZA

Instalada de frente para o mar, cooperativa se prepara para funcionar como polo indutor do empreendedorismo na região

ANA LÚCIA MACHADO
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS / CE

O Sebrae no Ceará apoia uma iniciativa que ajuda o desenvolvimento de uma das áreas mais carentes do litoral de Fortaleza. Apontado pelo IBGE como o bairro com maior densidade populacional do país, o Pirambu está transformando sua realidade com o projeto Onda Empreendedora, da Cooperativa de Serviços de Surf (Coopersurf).

A iniciativa reúne 21 fabricantes de pranchas de surf vinculados às associações de surfistas dos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do

Ceará e começou com um diagnóstico que mapeou 35 grupos produtivos. O Parque Fabril de Pranchas de Surf foi construído em um terreno doado pela prefeitura e possui espaços projetados para atender a todas as demandas, inclusive tem sala para cursos.

Transformada, aos poucos, em um polo empreendedor, a pequena fábrica, que já recebeu do Sebrae capacitações em associativismo e gestão empresarial, prepara-se para ser uma indústria de moda esportiva.

Para o cooperado Alessandro Nunes, de 33 anos e que vive no Grande Pirambu desde criança, a iniciativa

irá profissionalizar a produção, que antes era feita de forma artesanal. "Agora, vamos ser mais competitivos no mercado, fabricando pranchas que não deixam nada a desejar em relação às grandes marcas", comemora.

O projeto Onda Empreendedora tem como objetivo estruturar o negócio de produção e vai capacitar crianças e adolescentes carentes. Conta com o apoio da prefeitura de Fortaleza, Instituto Camargo Corrêa, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Construtora Camargo Corrêa, Marquise, Sebrae no Ceará e Sistema OCB/Sescoop. **E**



MOSTRA NA ONU DESTACA ARTESANATO BRASILEIRO

Grupo de artesãs apresenta peças genuinamente nacionais na Assembleia Geral das Nações Unidas

REGINA MAMEDE
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Rendas, bonecas e painéis de barro são algumas das peças nacionais que vão ocupar um espaço nobre na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. A exposição, de 9 a 20 de setembro, contará com 15 artesãs de 12 estados, que passaram por cursos de gestão oferecidos pelo Sebrae. A mostra será realizada durante a Assembleia Geral, que reúne chefes de Estado.

Inovação, impacto social e criatividade foram alguns dos critérios utilizados na seleção do grupo. Além de consultorias para ajudar na estruturação do negócio, o Sebrae capacitou as artesãs em design e formação de preço, por exemplo.

A exposição faz parte do projeto Mulher Artesã Brasileira, uma iniciativa da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Sebrae, Associação Brasileira de Exportação do Artesanato (Abe-

xa) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). A expectativa é que o número de visitantes supere 10 mil pessoas.

Sofisticação

A artesã carioca Mônica Carvalho aposta na sustentabilidade e beleza de fibras, sementes e madeira para criar móveis, objetos de decoração e biojoias. A originalidade é reforçada com a mistura de sementes da Amazônia com outros materiais, como prata, ferro ou tecido, o que confere um aspecto sofisticado ao trabalho. "Presto atenção até em galho de árvore caído. Acho que tudo pode virar arte", completa Mônica.

Formada em Letras, há 13 anos ela decidiu se dedicar integralmente ao artesanato. Mas, antes de lapidar seu talento, Mônica estudou teoria da arte no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; no Metropolitan, em Nova York; e no Louvre, em Paris. **E**

Foto: Jayme de Carvalho Jr-Abexa



Designer Mônica Carvalho é uma das participantes da mostra

Especialistas divergem sobre a cotação do dólar até dezembro

BC deve intensificar o aumento da taxa Selic para limitar os efeitos da desvalorização do real na inflação

Com a mudança de cenário, os especialistas começam a revisar suas projeções sobre a cotação da moeda americana para dezembro. E as apostas variam entre R\$ 2,25 e até R\$ 2,70. Felipe Salto, economista da consultoria Tendências, prevê uma cotação de R\$ 2,25. Já o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, avalia o câmbio ao redor de R\$ 2,30, enquanto o Bradesco projeta a taxa de câmbio a R\$ 2,10.

A tendência de alta do dólar, no entanto, é internacional e deve se manter mesmo que o BC injete dinheiro no mercado local, segundo o economista-chefe da consultoria Lopes Filho, Julio Hegedus, que projeta a moeda acima de R\$ 2,50.

Para o banco Barclays, o dólar terá elevação gradual, chegando a R\$ 2,45 nos próximos 12 meses. Já o banco Brasil Plural prevê que, no curto prazo, o dólar pode bater o patamar de R\$ 2,50. Mais pessimista, o professor da USP, Ricardo Rocha, prevê que a cotação da moeda americana pode chegar a R\$ 2,70 no fim do ano.

O estopim para a escalada do dólar, de acordo com os especialistas, foi a indicação pelo Federal Reserve (o BC americano) de que pode começar a reduzir as compras mensais de US\$ 85 bilhões em títulos públicos ainda neste ano, dependendo do ritmo de retomada da economia americana. A incerteza

A ESCALADA DO DÓLAR

Em 21 de agosto, a moeda americana fechou acima de R\$ 2,45 e atingiu maior cotação desde 2008. Na mesma data, acumulava alta de 19,88% no ano



sobre o cronograma desse movimento acabou levando investidores a se desfazerem de ativos em países emergentes e anteciparem compras de dólar.

Para o economista Armando Castellar, da FGV, os brasileiros vão ficar mais pobres, seus salários vão valer menos em dólar. Do carro à viagem para Miami, tudo ficará mais caro. “O cenário externo foi benevolente com o Brasil nos últimos dez anos. Agora, esse negócio começa a mudar, o que precisará de uma ação de política econômica por parte da alta da Selic e de contenção

dos gastos públicos para conter o nível de atividade e reduzir as chances de os preços subirem”, disse Castellar ao Estado de S. Paulo.

O economista não acredita que o ajuste virá do lado fiscal, especialmente porque o governo dá sinais de que não atuará nesta frente. Portanto, o trabalho maior deverá ficar para o BC conter a inflação no curto e médio prazos.

Affonso Pastore avaliou que a depreciação do real ante o dólar “não é transitória” e precisa ser contida tanto pela política monetária como pela fiscal.



Coordenação estadual do Empreender em Rondônia e diretoria da Associação Comercial e Empresarial de Vilhena traçam as metas do programa para o município

Sucesso do Empreender em Rondônia é destaque nacional

Ao aumentar a capilaridade dos membros da diretoria, aproximando-os de suas filiadas, a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia (Facer) tornou o programa o carro-chefe dos serviços oferecidos ao associado

Em Rondônia, o Empreender começou em 2002, na Associação Comercial de Vilhena, com o núcleo de automecânicos. Atualmente são atendidos 143 empresários, divididos em 13 núcleos setoriais, nas áreas de turismo, motomecânica, restaurantes, automecânicas, agroindústrias, comunicação, mídia, construção civil e salão de beleza. A metodologia do programa é aplicada na realização de reuniões e debates junto ao poder público local, palestras, reuniões

com representantes de entidades parceiras, compras coletivas, capacitações, feiras e outros eventos.

Apesar de um breve intervalo na parceria com o Sebrae, hoje o Empreender em Rondônia possui uma aplicação de recursos na ordem de R\$1,3 milhão, está presente em 13 municípios, possui 13 facilitadores contratados e mais 1 coordenador estadual. A maioria das reuniões é realizada à noite, quinzenalmente. O coordenador estadual visita todos os núcleos uma vez por mês. Em 2013,

Para 2014, a meta da Federação é organizar 39 núcleos e 540 empresas, com índice de satisfação superior a 87% e sobrevivência de no mínimo 82%

já ocorreu um encontro estadual e haverá outro até o fim do ano.

Para 2014, a meta da federação é organizar 39 núcleos e 540 empresas, com índice de satisfação superior a 87% e sobrevivência de no mínimo 82% delas. O principal case de sucesso do estado é do Núcleo de Confeções de Pimenta Bueno, chamado Pimenta Veste. Por meio do Empreender tradicional e do competitivo, o núcleo possibilitou aos empresários a criação de um polo para compras em um ponto estratégico da cidade, além da criação de um segundo polo na capital do estado, Porto Velho.

“O cooperativismo facilitou a realização de treinamentos, capacitação da mão de obra e aprimoramento de técnicas nos mais diversos setores das empresas”, explica Gerson Zanatto, presidente da Facer e do Pimenta Veste. Também foi possível reduzir custos com frete, aumentar a visibilidade das empresas e ganhar o reconhecimento estadual do potencial produtivo do segmento, conta o presidente.

Em Rondônia existe também o único Núcleo de Mídia do Brasil. O grupo é formado por representantes de emissoras de rádio e TV, sites, revista e mídia volante. Funciona junto à Associação Empresarial de Rolim de Moura (Acirm). O principal objetivo do projeto é discutir problemas comuns do segmento e buscar soluções a partir da metodologia do programa.

Reestruturando a federação

A partir da necessidade de reestruturação e reposicionamento de imagem, a Federação das Associações Comerciais Empresariais de Rondônia (Facer) buscou aumentar a capilaridade dos membros da diretoria, espalhando os dirigentes por 15 municípios e aproximando a federação das associações comerciais filiadas; participar ativamente do Conselho de Desenvolvimento (Conder), da Junta Comercial e do Conselho Deliberativo do Sebrae; e reforçar o programa Empreender, que sempre esteve diretamente relacionado à história e às ações da entidade, retomando a parceria com o Sebrae. “Agora está sendo contratada uma assessoria de comunicação para divulgar amplamente essas ações”, conta o presidente da Facer, Gerçon Zanatto.

Segundo ele, os números do Empreender chamam a atenção em todos os municípios, que divulgam ser uma parceria da CACB, Facer, Sebrae/RO e associação comercial local. “Estamos disseminando a metodologia do programa, com a apresentação a todos os multiplicadores e empresários do Empreender”, explica o presidente.

“É importante ver como o Empreender pode dar retorno institucional à federação e às associações, oferecendo um atendimento de qualidade às empresas e fortalecendo o associativismo em todo o país”, explica o coordenador nacional do Empreender, Carlos Rezende.



Reunião estadual de coordenação no Ponto de Atendimento do Sebrae



Reunião do núcleo de Automecânica do município de Jarú



Equipe do Empreender na Associação Comercial e Empresarial de Ji-Paraná



Curso de Negociação e Mediação oferecido para funcionários de empresas júnior da Universidade de Brasília, em julho de 2013

Integra completa um ano de atividades e atinge 70% das metas

Mais de 32 mil pessoas foram beneficiadas nos cursos gratuitos do programa da CACB, sendo 22 mil na plataforma de ensino a distância e quase 10 mil em cursos presenciais

Lançado em 6 de dezembro de 2011 para apoiar as micro e pequenas empresas brasileiras para atender às crescentes demandas geradas a partir dos eventos esportivos que o país sediará nos próximos anos, o Programa Integra atingiu 70% das metas no mês de julho de 2013.

O programa foi criado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a fim de preparar os empreendedores para aproveitar as oportunidades que surgirão a partir da expansão econômica e social que se espera do Brasil.

Atualmente, o Integra acontece em nove estados com cursos gratuitos presenciais e a distância, ação de formalização e participação em eventos institucionais ao lado do Sebrae e entidades parceiras. Até o momento, mais de 32 mil pessoas foram beneficiadas nos cursos gratuitos, sendo 22 mil na plataforma de ensino a distância e 9,8 mil em cursos presenciais. Aproximadamente 3,8 mil empreendedores individuais foram capacitados em cursos com duração de três horas.

Em dezembro de 2011, o Integra contratou uma pesquisa qualitativa com empresários do segmento de turismo nos estados participantes para listar as principais necessidades na gestão dos empreendimentos. Após análise

do resultado da pesquisa, foi elaborada uma matriz de cursos para solução das necessidades apresentadas.

Todos os cursos estão disponíveis na internet para facilitar o aprendizado daqueles que não dispõem de tempo para frequentar a sala de aula. O acesso pode ser por computador ou celular. Cada estado é responsável por elaborar e disponibilizar a agenda dos cursos presenciais no site do programa (www.cacb.org.br/integra).

Além da capacitação em cursos e oficinas exclusivos para as micro e pequenas empresas e para empreendedores individuais, o programa também oferece aos estabelecimentos participantes o Selo CACB de Excelência em Gestão para aumentar a divulgação

dos seus produtos e serviços, a Rede Integra de Negócios (ambiente virtual para fomentar novos negócios entre os participantes) e acompanhamento dos empresários participantes nas demais ações da CACB e Sebrae para desenvolvimento das empresas atendidas.

O Integra também apoia a formalização do Empreendedor Individual por meio de atendimento realizado pelos consultores do programa nas sedes das federações e associações ou em eventos de formalização em parceria com entidades locais (prefeituras, unidades do Sebrae, entre outros).

Entre o público-alvo do programa estão empresas dos setores de bares e restaurantes, hospedagem, agências de viagens, serviços de táxi, organização de eventos, lojas de souvenirs, bijuterias e artesanatos, cabeleireiros, decoração de interiores e joalheria e ourivesaria. Entretanto, qualquer filiado das associações comerciais dos estados integrantes pode participar.

Metas

Em todo o Brasil, a meta do Integra é capacitar 50 mil pessoas e certificar 15 mil estabelecimentos empresariais. Também é meta nacional do Integra a formalização de 6 mil empreendedores individuais e a capacitação de 3 mil empresários desse segmento. A intenção é permitir que esse empresário tenha, principalmente, acesso a crédito para investir e melhorar o seu negócio. Hoje, existem cerca de 10 milhões de empreendimentos informais que, em geral, estão nessa situação pela ausência de mecanismos adequados ao seu desenvolvimento, assim como pelo desconhecimento dos benefícios da formalização.

Fale com o Integra

Por estes canais, é possível fazer inscrição nos cursos, solicitar informações, esclarecer dúvidas e registrar sugestões. O serviço de 0800 funciona de segunda a sexta das 8h às 18h.

- E-mail integra@cacb.org.br
- Ligue: 0800 720 2014.
- www.facebook.com/Integra-Nacional
- twitter.com/integranacional
- nacionalintegra.blogspot.com.br

Confira a situação do programa nos estados

SÃO PAULO

- Parceria com o Banco Confia (Academia de Microfinanças).
- Realização de 17 turmas com o público do Banco Confia.
- 300 pessoas capacitadas.

RIO GRANDE DO SUL

- Adesão das Câmaras de Indústria, Comércio e Serviços das cidades: Canoas, Esteio, Gravataí, Cachoeirinha, Montenegro e São Leopoldo.
- Mais de 360 pessoas capacitadas em 8 turmas.

MINAS GERAIS

- Em Belo Horizonte, capacitação do grupo FeiraShop de feirantes e lojistas no centro da cidade.
- Capacitação de empresários em Esmeraldas e Ipatinga.

PERNAMBUCO

- Recife/Caruaru
- Parceria com a Associação Industrial de Panificadores.
- Realização de 6 turmas.
- 184 capacitações.
- Mês de maio: Realização de 7 turmas. Cerca de 140 capacitações.

RIO GRANDE DO NORTE

- Natal
- Capacitação de 61 pessoas no curso de Excelência no Atendimento nos dias 22 e 23 de maio.
- Realização de 503 inscrições nos cursos online.

BAHIA

- Salvador
- Articulação de parcerias com as empresas juniores da UFBA, Unifacs e Primus. Grandes universidades locais.

- Parceria para capacitação dos lojistas dos shoppings: Salvador, Barra e Paseo.

CEARÁ

- Fortaleza
- Formalização de 97 empreendedores individuais.
- Capacitação de 36 pessoas em curso presencial.

DISTRITO FEDERAL

- Parcerias com ACDF; Grupos Anhanguera, Projeção, Universidade Católica; e Centro Referência de Assistência Social em Luziania.
- Realização de 26 turmas.
- 3.224 capacitações.

RIO DE JANEIRO

- Parcerias com: Cooperativa de Táxi (Cooptaxi) para capacitação de 2.000 taxistas; SindRio; e Sindicato dos Despachantes Aduaneiros.
- SindRio: 3 turmas já capacitadas no SindRio (em espaço físico cedido pela entidade) com aproximadamente 150 pessoas capacitadas no total.
- Cooptaxi: Na cooperativa serão formadas 2 turmas por semana com 40 participantes no mínimo. Início em 10 de junho com o curso Qualidade no Atendimento.

AMAZONAS

- Manaus
- Formalização de 79 empreendedores individuais.
- Capacitação de 106 pessoas em cursos presenciais.

LANÇAMENTOS RECENTES

- O programa foi lançado em julho de 2013 no Paraná (dia 10) e no Mato Grosso (dia 19).



Entidades se reuniram para assinar termo aditivo ao contrato e ampliar a rede de PACEs no interior do estado

Minas Gerais expande a rede de PACEs

Ampliação no contrato entre CACB, Federaminas e TJMG permitirá a criação de 24 novos postos de conciliação

Minas Gerais continua a expansão da rede de Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual (PACEs) no interior do estado. No último dia 12 de agosto, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), por meio da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais

(TJMG) assinaram um termo aditivo do convênio que autoriza o funcionamento de outros 24 PACEs.

A rede de PACEs em Minas Gerais foi criada em 2010 e oficializada por meio de convênio entre a CACB, a Federaminas e o TJMG, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em menos de três anos de convênio, já foram realizados cerca de 3,5 mil procedimentos no estado. Para o desembargador do TJMG Manuel Bravo Saramago, "é grande

o nosso desafio na implementação dessa nova cultura na resolução dos conflitos: menos judicizada e beligerante e mais participativa e harmonizadora”, explica.

Saramago esclarece ainda que atualmente esse estímulo à utilização da conciliação está inserido no âmbito da implementação de uma Política Pública Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, consubstanciada na Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, que objetiva ampliar as formas de acesso à Justiça, bem como oportunizar a participação direta da pessoas em processos consensuais de resolução de conflitos, especialmente a conciliação e a mediação.

Com o termo aditivo, as associações comerciais mineiras ampliam ainda mais a liderança em termos de disseminação desse processo alternativo de resolução de conflitos na rede CBMAE. Durante o evento, o presidente da Federaminas, Wander Luis Silva, reforçou a importância do serviço e os expressivos ganhos para as comunidades em decorrência do trabalho desenvolvido pelos PACEs instalados em diversas associações comerciais.

Os PACEs oferecem a oportunidade de conciliação antes do ajuizamento de uma ação nas causas que envolvem relações de consumo ou empresariais. Tanto o consumidor quanto o empresário podem procurar o Posto para agendar uma sessão de conciliação, que será realizada num prazo médio de 15 dias. “O lançamento dos postos nas cidades do interior de Minas Gerais é a oportunidade de divulgar a atuação do PACE

e promover a conciliação para os cidadãos”, garante o consultor da CBMAE em Minas Gerais, Daniel Resende.

Questões referentes à relação empresarial poderão ser dirimidas através do PACE. A consultora da CBMAE, Tássia Miranda, destaca que “o estado de Minas Gerais tem obtido ótimos resultados na parceria com o TJMG e a Federaminas, e as associações ganham uma importante tarefa, que é a disseminação de uma cultura pacífica de solução de conflitos”.

Os PACEs mineiros já receberam três prêmios nacionais da rede CBMAE: 1º e 2º lugar na categoria Mutirão de Conciliação Empresarial, para as associações comerciais de Uberaba e Três Marias; e 2º lugar na categoria Sustentabilidade Financeira, também para Uberaba, graças à parceria fechada com a prefeitura municipal. “O fato de existirem tantos cases de sucesso no estado só mostra que o convênio é forte e está sendo bem executado”, explica o coordenador adjunto da CBMAE nacional, Eduardo Vieira.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubá (Aciuba), William Rosignoli, “os PACEs tornam muito viável a recuperação de créditos para o comércio mineiro. Como a Justiça brasileira é muito lenta, a demora às vezes é razão para a desistência de comerciante de recuperar aquele crédito”, avalia. O PACE da Aciuba existe há cerca de 2 anos e tem uma média de 70% de conciliações exitosas, segundo o presidente. “O apoio do TJMG nos dá respaldo e reconhecimento. Agora falta as prefeituras também nos darem mais apoio”, explica.

Os PACEs

Os PACEs são uma alternativa de conciliação extraprocessual, por meio da qual é possível resolver conflitos sem que haja um processo judicial. A partir de audiências conduzidas por um conciliador, as partes envolvidas podem resolver pendências como débitos de cartão de crédito, dívidas de bancos, renegociações e recuperação de créditos. Os procedimentos de conciliação e mediação vêm sendo incentivados pelo Conselho Nacional de Justiça como uma alternativa aos meios judiciais para solucionar de forma mais rápida e barata.

Veja a lista de cidades que assinaram o termo aditivo

- Além Paraíba
- Alfenas
- Almenara
- Araguari
- Arcos
- Bela Vista de Minas
- Bicas
- Borda da Mata
- Buritizinho
- Campanha
- Campestre
- Elói Mendes
- Gouveia
- Ituiutaba
- Martinho Campos
- Paracatú
- Patrocínio
- Pedro Leopoldo
- Ponte Nova
- Salinas
- Santa Bárbara
- Santos Dumond
- Sete Lagoas
- Várzea da Palma

Sistema online evita multas por atraso nos pagamentos



Portal Pagapramim usa ideia vencedora nos Estados Unidos e adapta para o Brasil: cadastra as dívidas em atraso do usuário e faz o pagamento por ele

Uma boa ideia não basta para criar um negócio. Além da capacidade de seus empreendedores, depende das oportunidades do mercado para ser executada. A plataforma Pagapramim, de Porto Alegre, é um exemplo: a proposta de pagar a conta no dia do vencimento e receber depois, com juros, existia nos Estados Unidos por meio das empresas Bill Float e Bil Me Later – as duas somam perto de 4 milhões de usuários e faturam aproximadamente US\$ 150 milhões por ano. A oportunidade surgiu em função da conjuntura do país, em que pontifica o endividamento crescente

das famílias brasileiras – em julho último essa taxa alcançou a 65,2% dos lares de todo o país, segundo maior índice da série, de acordo com Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Criado por Alexandre Ferrari (formado em Administração com MBA em Gestão Estratégica), Victor Silveira (ex-Amcham) e Rafael Zatti (desenvolvedor web), o core business da start-up é ajudar os consumidores a pagar suas contas em dia. “Com a possibilidade de extensão da conta e a opção por um prazo de acordo com

a realidade financeira do consumidor, o Pagapramim quer evitar multas por atraso, juros abusivos e principalmente o corte do serviço”, define Silveira.

Ao entrar no site www.pagapramim.com o usuário registrará a sua conta, escolherá entre três opções de reembolso: 7, 14 ou 21 dias e seu débito será pago diretamente ao credor. A partir disso, receberá uma nova cobrança na data escolhida acrescida da taxa de serviço correspondente ao prazo. A principal diferença do serviço brasileiro em relação ao americano é a forma de conceder o microcrédito. A empresa brasileira não efetua os empréstimos por meio de depósito em

conta. Cadastra as dívidas em atraso do usuário e faz o pagamento por ele.

Na primeira operação, o valor máximo do crédito é de R\$ 250. O sistema funciona de modo semelhante ao cheque especial ou a um crédito rotativo. A diferença fica por conta do valor das taxas de utilização, que variam entre 2% a 6% de juros. Comparado aos bancos, a porcentagem é inferior. De acordo com o levantamento do Procon (SP), o juro médio do cheque especial, em julho, era de 7,95% ao mês, enquanto no empréstimo pessoal a taxa chegou a 5,24%. Para o site funcionar sem impedimento legal, o serviço Paga Pra Mim não foi classificado como agente financeiro.

A empresa funciona no mesmo formato utilizado por sites como ebay e paypal, que são empresas de comércio eletrônico. A única exigência para os devedores é passar pela análise do crédito. Clientes que já estejam no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou Serasa não terão acesso ao serviço. A medida, segundo os sócios, é para evitar que a inadimplência se volte contra a empresa. “Numa segunda etapa do projeto, a partir dos dados de uso dos usuários e da inteligência gerada, haverá um sistema de avaliação próprio, em que serão classificados os clientes de acordo com o nosso modelo de crédito”, complementa Silveira.

Para garantir o fluxo de caixa, os empresários estão criando um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, em parceria com instituições financeiras. Por mês, serão cerca de R\$ 10 milhões aplicados para manter os microcréditos. O site pretende comportar até 20 mil operações mensais.



Alexandre Ferrari, Victor Silveira e Rafael Zatti: sócios do portal aproveitaram oportunidade de mercado criada pelo aumento da inadimplência

Portal ganha bolsa do CNPq

O portal Pagapramim foi uma das start-ups selecionadas pelo programa Start-Up Brasil do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI). A partir da análise das 908 inscrições (672 brasileiras e 236 estrangeiras), representantes do mercado, da academia e do governo selecionaram 45 projetos brasileiros e 11 internacionais, que farão parte de um programa de aceleração a ser desempenhado por uma das nove aceleradoras habilitadas ao Start-Up Brasil.

Cada projeto contará com até R\$ 200 mil na forma de bolsas para o desenvolvimento e inovação concedidas pelo CNPq. São Paulo, Rio e Minas Gerais, nessa ordem, concentraram boa parte dos projetos vencedores (62%). Das estrangeiras, os Estados Unidos lideraram com cinco empresas selecionadas, seguidos da Irlanda, com dois, Colômbia, Argentina, Espanha e Israel, todos com um.

A área da educação, com 19,6%, teve o maior número de projetos, seguida de varejo,

14,2%, saúde, finanças e eventos de turismo, todos com 8,9%. A diversidade das propostas também foi grande: vai desde sites e plataformas de conteúdos para educação e para o setor de óleo e gás até aplicativos para internet móvel e jogos infantis para o ensino de idiomas. Nesta primeira fase, foram selecionadas nove aceleradoras. Elas acompanham e ajudam as start-ups durante todo o processo.

O Start-Up Brasil é uma iniciativa-chave do programa TI Maior, que busca criar no Brasil um espaço especial para o surgimento de empresas com produtos e serviços de TI inovadores. O programa tem dois grandes componentes: as aceleradoras qualificadas e as empresas nascentes selecionadas pela iniciativa que, juntas, visam criar um ambiente competitivo e inovador para ideias vindas de universidades, para projetos vindos de empreendedores e para investidores em busca de produtos e serviços de sucesso.

Saída do Simples aumenta risco de inadimplência das pequenas

Levantamento revela que 62% de 150 MPEs que migraram do sistema para lucro presumido não conseguiram pagar os tributos

Alterar com maior frequência o limite dos regimes de tributação do Simples seria uma das saídas para a redução da inadimplência das empresas cujo faturamento supera o teto do sistema. A opinião é de José Santiago da Luz, sócio diretor da empresa de auditoria e consultoria BDO (SP).

De acordo com levantamento da consultoria BDO, num inverso de 150 companhias, 62% das micro e pequenas empresas entrevistadas que tiveram que migrar do regime simplificado de tributação para lucro presumido estão inadimplentes.

Atualmente, segundo Santiago, apenas microempresas e companhias de pequeno porte com receita bruta anual até R\$ 360 mil por ano (no caso da microempresa) ou de até R\$ 3,6 milhões por ano (com relação às pequenas), dependendo do setor, podem permanecer no Simples. “Mesmo se uma microempresa tiver um faturamento de R\$ 364 mil, por exemplo, em junho, ela já se ‘desenquadrou’. A partir daí, a alíquota aumenta. E se uma pequena tiver um faturamento maior do que R\$ 3,6 milhões terá que optar pelo lucro presumido ou pelo lucro real, o que eleva a carga tributária de forma significativa”, observa.



Santiago: “Antes de sair do Simples, empresário precisa fazer um planejamento tributário”

Carga tributária

Uma empresa que fatura R\$ 180 mil paga uma alíquota de 4,5% sobre esse montante. Se o faturamento é de R\$ 3,6 milhões, a alíquota passa a ser de 12,11%. Entretanto, quando essa companhia migra para o regime presumido, somente de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programas de Integração Social (PIS), Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aquilo que ela pagava no Simples – somando os tributos resulta uma alíquota de 3,06%, no mínimo – passa a ser de 6,73%, exemplifica Santiago. “Ou seja, a carga dobra somente na

soma desses tributos, sendo que ainda tem o pagamento de 30% sobre a folha de pagamento, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Importados (IPI) sobre o valor de cada produto”, acrescenta.

Diante desse quadro, o executivo sustenta que o impacto ao migrar de regimes é imediato, cuja solução seria recalcular o seu preço de venda, embutir uma nova carga tributária e elevar o valor produto. “Ocorre que, de uma hora para outra, os custos ficam tão altos que o imposto total vai consumir toda margem de lucro com a venda. Como aumenta o valor do produto, o empresário prefere, naquele ano, devido à conjuntura difícil, não mexer nos preços, e nesses meses não recolher o imposto. Resultado: ele fica inadimplente”, observa.

Parcelamento

Assim como Santiago, seu colega Hugo Amano aconselha o empresário a fazer um planejamento tributário, no ano anterior, para evitar prejuízos ao sair do Simples. “O que ele precisa é ter um plano. Conhecendo o negócio, dá para saber como vai ser 2014, qual período vai ser melhor e se preparar para isso. E isso não acontece muito nas pequenas. O empresário administra pelo caixa e tem

uma visão restrita do seu orçamento”, afirma. “Tributos devem ter um peso importante para as empresas que morrem nos primeiros dois anos de atividades, mas a falta de planejamento é a principal causa”, diz Amano. “Os empreendedores são muito bons na atividade principal da empresa, mas pecam em planejamento do negócio, como na escolha do ponto, formação de preço e fluxo de caixa. Isso tudo vai trazendo consequências no caixa da empresa, até que ela não aguenta mais girar o negócio.”

Mas até que ponto não seria possível simplificar a vida do empresário? Simplificar é tudo que os empresários e contadores gostariam, diz Amano,

que exemplifica: “Por que não unificar o PIS e Cofins em uma única guia?”. Outra sugestão, segundo Santiago, seria o governo utilizar o mesmo sistema do lucro presumido, que é apuração trimestral e opção de parcelamento em três vezes nos meses subsequentes. “Isso poderia dar um maior fôlego financeiro para as empresas e evitar inadimplência, mesmo para as empresas que ainda estão enquadradas neste regime tributário”, completa.

A última correção do Simples foi feita no início de 2011, quando o teto subiu de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Até agosto de 2013, o Simples Nacional registrava um total de 7,7 milhões de optantes.

“Alterar com maior frequência o limite dos regimes de tributação do Simples seria uma das saídas para a redução da inadimplência das empresas que superam o teto do sistema”

Arrecadação cresce mais que o recolhimento federal

No período de janeiro a junho deste ano, em comparação a igual período do ano anterior, a arrecadação do regime de tributação Simples Nacional cresceu mais do que o dobro do que o recolhimento federal. Enquanto o fisco arrecadou 6,97%, em termos nominais, no Simples, aumentou 16,16% nessa base de comparação, ao passar de R\$ 21,984 bilhões para R\$ 25,536 bilhões, de acordo com dados da Receita Federal.

A maior parte desse recolhimento é relacionada aos tributos federais, cujo montante subiu de R\$ 16,684 bilhões, na primeira metade de 2012, para R\$ 19,436

bilhões no acumulado até junho, o que representa uma alta de 16,49%. Essa arrecadação é maior porque engloba Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Contribuição para o PIS/Pasep; e Contribuição Patronal Previdenciária (CPP). Todos são recolhidos em uma única declaração mensal.

Os demais valores do resultado do primeiro semestre se referem ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) –

que é recolhido pelo estado – e ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) – tributo municipal. E da mesma forma que os impostos federais, a arrecadação do ICMS e do ISS subiu 14,90%, ao passar de R\$ 5,336 bilhões para R\$ 6,131 bilhões.

De acordo com dados da Receita, divulgados no site do Simples Nacional, a arrecadação de ICMS avançou 17,48%, ao passar de R\$ 1,752 bilhão no acumulado até junho de 2012 para R\$ 2,070 bilhões no mesmo período deste ano. Nessa base de comparação, o recolhimento de ISS apresentou aumento de 13,63%, para R\$ 4,061 bilhões.

Bons pagadores aguardam **benefícios com o Cadastro Positivo**

Instituído por lei em 13 de junho de 2011, o sistema entrou em vigor em 1º de agosto e tem por objetivo premiar os consumidores adimplentes com melhores condições de pagamento

Desde o dia 1º de agosto está em vigor o Cadastro Positivo. Desde então, quem paga as contas em dia poderá pedir sua inclusão em um banco de dados para consulta do mercado. Dessa forma, segundo a previsão de seus idealizadores, o consumidor terá mais chances de negociar menores taxas e prazos mais longos quando for pedir empréstimo em uma instituição financeira ou financiar um bem.

O Cadastro Positivo foi instituído em lei publicada no dia 13 de junho de 2011. A regulamentação foi aprovada em outubro de 2012. Em 19 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou a forma como os bancos terão de prestar as informações aos bancos de dados que serão operadores do cadastro positivo de crédito.

Entre as informações que as instituições financeiras irão prestar estão incluídas a data de concessão do empréstimo, financiamento, arrendamento mercantil ou consórcio. Valor total da operação, valor da prestação, valores pagos e as datas de vencimento e pagamento.

A prestação de informações é voluntária. O cliente tem que autorizar a instituição financeira a repassar as informações aos operadores



Ione Amorim, do Idec: "Cadastro Positivo não estabelece objetivamente ao consumidor como ele será beneficiado"

de bancos de dados.

A consulta não tem custo ao cliente final e as empresas que quiserem ter acesso às informações terão de provar que estão mantendo uma relação comercial com o consultado.

Reputação positiva

"Os consumidores adimplentes terão uma reputação de crédito positiva. A expectativa é de que as empresas, reconhecendo isso, ofereçam melhores condições – o que antes não tinham chance de fazer", disse ao Estado de S. Paulo o presidente da Serasa Experian, Ricardo Loureiro.

Segundo pesquisa da Serasa, o Cadastro Positivo poderá incluir dados de cerca de 26 milhões de pessoas que hoje não acessam o crédito do mercado porque não têm como comprovar renda ou porque só compram à vista.

Para Leonardo Soares, diretor-executivo de produtos da Boa Vista Serviços, administradora do SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), os efeitos práticos não serão imediatos, mas poderão ser perceptíveis por volta de três anos.

Soares explica que os serviços de proteção ao crédito fazem uma

varredura de todos os locais onde o consumidor tem compras financiadas e crédito contratado e repassa essas informações ao cadastro.

“Na verdade, não se trata propriamente de um cadastro, mas um relatório do comportamento do consumidor no mercado. Se ele deixou de pagar duas prestações de um empréstimo durante um ano, por exemplo, mas quitou depois, não deixará de ser visto como bom pagador”, afirmou.

Na avaliação do SPC Brasil, outra consequência direta do cadastro positivo e da avaliação personalizada do modelo de concessão de crédito será a redução significativa dos índices de inadimplência e de superendividamento.

“Não há desvantagens previstas para o consumidor. É possível que o cadastro positivo gere maiores custos financeiros, juros maiores aos maus pagadores. Mas a expectativa não é essa, é que haja reduções aos bons pagadores e não aumento aos maus”, disse Fernando Segato, da Crowe Horwath, Macro Auditoria e Consultoria.

Atenção aos contratos

De acordo com o Procon-SP, ainda não é possível assegurar que o cadastro positivo trará benefícios aos consumidores, pois a lei não garante que os juros irão realmente cair, mesmo sendo a principal promessa de seus defensores. “O consumidor deverá dispor de ferramentas para não só medir os benefícios como exigir contrapartida das instituições de concessão de crédito”, disse, em nota à imprensa.

Segundo o Procon, para o consumidor é importante ficar atento às regras de funcionamento do cadas-

tro positivo. “Deve ler com bastante atenção os contratos, em especial os documentos de autorização para inclusão e compartilhamento de seus dados. Se constatar que algum de seus direitos está sendo desrespeitado deve denunciar aos Procons.”

Um dos principais argumentos de quem defende o Cadastro Positivo é a possibilidade de que ele permitiria uma redução das taxas de juros para os “bons pagadores”. O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) defende, no entanto, que a adoção do cadastro deveria ser opcional, pois há outras formas de garantir taxas mais baixas para os consumidores, não apenas por meio de um banco de dados que contém informações de clientes disponíveis a vários serviços e empresas.

Além disso, as taxas de juros ainda são altas no país e devem ser reduzidas em benefício de todos os consumidores. Os consumidores que não quiserem constar no cadastro devem negar sempre que instituições financeiras perguntarem sobre a inclusão, e caso não baste, pedir a retirada no Banco Central, afirma a economista do Idec, Ione Amorim.

Para a entidade, a lei do Cadastro Positivo, além de não estabelecer objetivamente ao consumidor como ele será beneficiado, inclui medidas que caminham no sentido de criar discriminação entre os cidadãos, o que é inconstitucional. O Idec também questiona como os consumidores que foram incluídos como inadimplentes indevidamente serão tratados pelo Cadastro Positivo. Em 2011, a entidade organizou uma campanha para recolher assinaturas contra a proposta.

Como será:

1. Para ser incluído, o consumidor precisa preencher uma ficha autorizando a inclusão. O documento pode ser preenchido nas instituições especializadas em crédito, bancos e financeiras. O serviço é grátis.

2. O consumidor pode escolher a instituição que vai armazenar os seus dados. Os bancos de dados vendem o acesso às informações cadastradas para as empresas do comércio e instituições financeiras.

3. Entre os dados solicitados no termo de adesão estão todas as informações pessoais, inclusive o nome da mãe, que serve para diferenciar pessoas com nome igual.

4. O consumidor deve optar claramente se autoriza o banco de dados a fornecer suas informações pessoais para outras empresas do comércio, bancos ou instituições de crédito.

5. O consumidor também pode optar se autoriza o banco de dados a incluir na sua ficha os dados de outras empresas e bancos onde já fez financiamentos ou tomou empréstimos.

6. O Cadastro será usado pelas instituições financeiras ou lojas quando o consumidor pedir dinheiro emprestado ou financiamento. O Cadastro Positivo será uma ferramenta para identificar os bons pagadores.

7. Quem estiver no Cadastro Positivo e não tiver dívidas atrasadas terá mais facilidade para compras parceladas, empréstimos e financiamentos. Os juros poderão ser menores.

8. O consumidor terá acesso gratuito às informações a seu respeito no Cadastro, inclusive o seu histórico de empréstimos e pagamentos. Pode pedir correção ou cancelamento informações erradas.

9. O consumidor pode ter acesso aos critérios usados para analisar a sua ‘nota de risco’, que indica qual é a probabilidade de atraso ou não pagamento considerada pelo banco.

10. A qualquer momento, o consumidor poderá pedir para ter seu nome retirado do Cadastro Positivo.

Fonte: O Estado de S. Paulo

O resgate da História

No dia 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José do Patrocínio redigiu a proclamação oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada sem votação. O texto foi para as gráficas de jornais que apoiavam a causa, e só no dia seguinte foi anunciada ao povo a mudança do regime político do país. Foi também nesse dia que D. Pedro II soube que fora destronado. Na manhã do dia 17, ele tomou a corveta “Parnaíba”, que o trasladou na Ilha Grande para o vapor “Alagoas”, em que seguiu para o exílio na Europa.

A retirada do soberano deixava sem sentido a resistência. O novo regime literalmente caiu nas mãos de um marechal já idoso e bastante doente, o alagoano Manoel Deodoro da Fonseca, considerado até então um monarquista convicto e amigo do imperador deposto, narra o jornalista Laurentino Gomes em seu novo livro *1889*.

Com essa obra o autor fecha uma trilogia iniciada com *1808*, sobre a fuga da corte portuguesa de D. João para o Rio de Janeiro, e que inclui também *1822*, sobre a Independência do Brasil. Essas três datas marcam a construção do Estado brasileiro durante o século 19.

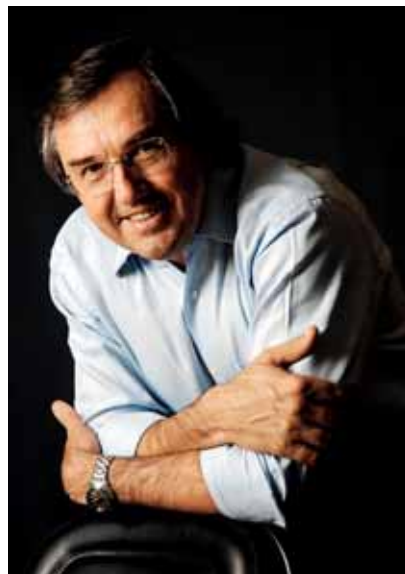
O novo livro é resultado de três anos de pesquisas no Brasil e nos Estados Unidos. Para realizar esse trabalho, o autor leu mais de 150 obras e fontes de referência sobre o assunto. Durante todo o ano de 2012 morou em um campus universitário no interior da Pensilvânia. Lá ele aprofundou suas

pesquisas na Biblioteca do Congresso e na Biblioteca Oliveira Lima, ambas situadas em Washington, onde encontrou acervos e documentos preciosos que o ajudaram a ter uma noção mais precisa dos personagens e acontecimentos. Como nos livros anteriores, também visitou os locais relacionados ao Segundo Império e à Proclamação da República.

Como nas obras anteriores, o autor valoriza os personagens. Assim, em *1808*, o principal protagonista foi D. João VI, habitualmente visto sob um olhar caricato (homem preguiçoso e devorador de frangos), mas que teve grande importância na arrancada desenvolvimentista do Brasil. Já em *1822*, destacam-se José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina, figuras que auxiliaram decisivamente D. Pedro I em suas decisões. Em *1889*, é a vez do marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República, além de uma figura feminina, a Condessa de Barral, a grande paixão do imperador D. Pedro II.

Com 24 capítulos e amplamente ilustrado, *1889* contribui para a compreensão de um dos períodos mais controversos da história do país, graças a uma narrativa sustentada em uma investigação cuidadosa que explica não só os acontecimentos que levaram à queda da monarquia, mas também episódios importantes da história brasileira, como a Guerra do Paraguai e o movimento abolicionista.

Sem desmerecer os historiadores tradicionais, Laurentino Gomes oferece mais uma contribuição do jornalismo como meio de recuperação da História.



Autor leu mais de 150 fontes de referência sobre o assunto para realizar o trabalho



Título: 1889
Autor: Laurentino Gomes
Gênero: História do Brasil
Páginas: 416
Formato: 16 x 23 cm
Editores: Globo Livros
Preço: R\$ 44,90

União e responsabilidade

Sander DeMira*

A Presidente Dilma Rousseff vetou o Projeto de Lei Complementar 200 (PLC 200/2012), aprovado há pouco tempo pelo Congresso Nacional. O texto previa a extinção da cobrança de multa hoje paga ao Governo pelos empregadores que demitem um funcionário sem justa causa. Não se trata, como alguns podem imaginar, de questão trabalhista. A decisão presidencial não defende direitos adquiridos dos trabalhadores – pelo contrário: ao manter uma taxa esdrúxula sobre as empresas que contratam empregados com carteira assinada, o veto ao PLC representa mais um obstáculo à geração de vagas no mercado de trabalho brasileiro.

Para esclarecer a situação, cabe explicação mais detalhada sobre o assunto. As leis trabalhistas brasileiras preveem que o empregador que demite um funcionário sem justa causa pague uma multa equivalente a 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em benefício direto desse trabalhador. No início dos anos 2000, como solução “fácil” para cobrir um rombo causado no FGTS pelo Plano Collor, foi criada uma “multa extra” a ser paga, como sempre, pelo empresário. O valor a ser recolhido é equivalente a 10% do saldo da conta do FGTS do empregado. Mas o dinheiro não vai para o trabalhador – vai para o Governo Federal.

Ocorre que o rombo provocado no FGTS pelos equívocos dos planos econômicos já foi “consertado” pelos bilhões de reais recolhidos em multas pelos empregadores. Não há razão para a arrecadação prosseguir – e é justamente aí que entra o PLC 200/2012.

A taxa sobre os empregadores – criada como algo provisório, mas que pode se tornar permanente após o veto da Presidente ao PLC 200 – é mais uma dessas aberrações da legislação brasileira, que inclui ainda taxas “provisórias” como a CPMF. O PLC acabaria com essa taxa, que hoje pune os empregadores, não comprometeria direitos dos empregados e ainda garantiria aos empresários mais fôlego financeiro para novas contratações.

Justamente por isso, o veto não deve ser visto como algo definitivo. O momento exige união de todos aqueles que estão cansados de recolher impostos, taxas e contribuições de forma absolutamente insana para os Cofres da União. A reação à manutenção de mais essa taxa é essencial. Juntos, devemos exercer pressão legítima sobre os parlamentares e chamá-los à responsabilidade. Cabe a eles, agora, derrubar o veto da Presidência ao PLC 200/2012 e possibilitar que aqueles que geram empregos no país não sejam punidos e tenham de arcar com mais e mais custos para compensar eventuais incompetências de gestores públicos.

*Presidente da ACIF



A decisão presidencial não defende os direitos adquiridos dos trabalhadores – pelo contrário; ao manter uma taxa esdrúxula sobre as empresas que contratam empregados com carteira assinada, o veto ao PLC representa mais um obstáculo à geração de vagas no mercado de trabalho brasileiro

**Sem tempo
para ir ao Sebrae?
E agora?**



> Baixe o aplicativo do
Sebrae na App Store.

Agora o Sebrae vai até você.

O Sebrae pode ajudar você a encontrar soluções sob medida para sua empresa, sem que você tenha que sair dela. Agende uma consultoria **NEGÓCIO A NEGÓCIO**. Nossos profissionais irão até você e farão uma análise diretamente no seu negócio. E agora? Sebrae agora.

Ligue 0800 570 0800.

Quem tem conhecimento vai pra frente | 0800 570 0800 | sebrae.com.br

NEGÓCIO
a NEGÓCIO

40
SEBRAE
40 ANOS

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

Para os especialistas em acreditar no trabalho, **somos especialistas** em mostrar resultados.

0800 570 0800 | sebrae.com.br

Quem tem seu próprio negócio é um especialista. Mas para começar ou melhorar a sua empresa, até um especialista precisa de especialistas em pequenos negócios. Vai empreender? Vai ampliar? Vai inovar? Conte com o Sebrae.



> Baixe o aplicativo do Sebrae na App Store ou na Play Store.

Como vai? **Somos o Sebrae.**
Especialistas em pequenos negócios.

Educação Empreendedora

Consultoria

Gestão

Inovação

Resultados



Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas